
O meu lugar: o processo de sucessão familiar e o protagonismo de mulheres rurais no âmbito das cooperativas agropecuárias do Oeste catarinense¹

Isabel Cristina PICCOLI²

Juliana Aparecida GIONGO³

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, SC

Resumo

O presente estudo detalha a produção da série de reportagens em áudio “O meu lugar”, que abordou, de maneira humanizada as trajetórias e os desafios enfrentados por mulheres associadas às cooperativas agropecuárias da região Oeste de Santa Catarina no processo de sucessão familiar. Esta pesquisa teve como objetivo dar voz às agricultoras, por vezes silenciadas e invisíveis, e encorajar outras mulheres a perceberem que são donas da própria história. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de caráter qualitativo. O produto jornalístico possui cinco episódios e é narrado pelas sucessoras, as quais evidenciam as lutas, o empoderamento, a liderança e o protagonismo de mulheres rurais, nesse espaço que sempre as pertenceu. Assim, a narrativa propicia ao ouvinte o imaginário do ambiente e dos cenários onde os enredos se desdobram.

Palavras-chave: Sucessão Familiar; Empoderamento Feminino; Mulher Rural; Cooperativas Agropecuárias; Radiojornalismo.

Introdução

As inquietações sobre a participação feminina e a luta por igualdade e por direitos vêm se disseminando cada vez mais ao longo das décadas. A pauta sobre empoderar e dar espaço de liderança às mulheres que vivem no meio rural cresceu nos últimos anos. No entanto, mesmo que esse aumento seja efetivo, a figura feminina ainda está exposta à cultura do machismo, da violência e do patriarcado.

Distante das cidades, as mais de 14 milhões de mulheres que vivem no meio rural enfrentam, de acordo com a Secretaria de Políticas Públicas (do Ministério da Mulher, da

¹ Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior - XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Jornalismo pela Unochapecó, e-mail isabelpiccoli03@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Mestre em Educação. Especialista em Gestão de Pessoas. Jornalista graduada em Comunicação Social pela Unochapecó. Professora da Unochapecó, e-mail: julianagiongo@unochapeco.edu.br.

Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal) (BRASIL, 2014), o desequilíbrio social que, por vezes, as torna invisíveis.

Em vista disso, o ponto crucial que fundamenta esta pesquisa e a produção de um produto experimental jornalístico sobre a força e a presença da mulher está diretamente ligada às inquietações da pesquisadora e à importância de aprofundar essa temática. Ademais, a própria pesquisadora, no percurso da pesquisa, também teve a oportunidade de ressignificar e de rever os seus conceitos, exercendo a empatia e se colocando no lugar do outro. Também se tornou uma possibilidade para unir as características da região onde sempre viveu com um meio de comunicação extremamente capaz de fomentar o imaginário das pessoas, o rádio. Além disso, o intuito é apresentar um tom de empoderamento e protagonismo, por meio das vozes das fontes, tornando as mulheres rurais visíveis, para que cada vez mais elas tenham autonomia e sejam líderes no espaço em que vivem.

A série de reportagens intitulada “O meu lugar”, dividida em cinco episódios, retrata as histórias e os desafios enfrentados por mulheres associadas às cooperativas agropecuárias do Oeste catarinense no processo de sucessão familiar. Os objetivos do fenômeno em estudo foram conhecer os enredos das mulheres rurais e compreender as lutas travadas, atreladas à ideia de retratar as conquistas alcançadas durante o processo sucessório, e ainda identificar a percepção das mulheres sobre gestão feminina no campo e os cenários futuros.

Diante de uma sociedade predominantemente paternalista e machista, mesmo com a pós-modernidade em curso, o homem ainda é visto como a única figura responsável pelo provimento da família, a figura da mulher acaba ficando em segundo plano, num modo geral atrelada às atividades do lar, supostamente atribuídas a elas por sua “feminilidade”. Ou seja, os trabalhos mecanizados, especializados e de chefia são priorizados para os homens (BRUMER, 2004). Esse pensamento comprova a importância que tem a construção de uma nova concepção do papel da mulher na sociedade, em seu meio de convívio familiar e principalmente em seu íntimo. Afinal, a mulher nunca esteve à frente apenas dos cuidados da casa, ela sempre trabalhou nas atividades do campo e nas decisões burocráticas, porém

com o papel de coadjuvante. O primeiro passo é a autossensibilização das mulheres desse papel de protagonismo.

Um dos principais caminhos para essa inserção no meio rural é por meio da sucessão familiar. O processo é habitual em Santa Catarina e, mesmo que raramente as filhas recebam a oportunidade, a quebra de estereótipos é perceptível, especialmente no que se refere aos pais confiarem a transferência da gestão das propriedades rurais para as filhas. Já a escolha pelo ramo agropecuário é pela forte relevância econômica em Santa Catarina, representado por 6% do PIB Estadual (CEPA, 2019) e também pelas raízes históricas alicerçadas na produção agropecuária presentes no Oeste. Outro atributo está na presença do sistema cooperativista agropecuário, ao qual o desenvolvimento da região Oeste está muito ligado. Por isso, enfatizar as mulheres integradas às cooperativas agropecuárias é unir todas as forças do crescimento social e econômico local. Segundo dados fornecidos pela Organização das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina – OCESC, em 2019 a organização contabilizou 7.720 associadas ao setor agropecuário no estado. A maior concentração de cooperadas está justamente na região Oeste, onde ficam 6.450 mulheres (OCESC, 2020).

Vale salientar ainda que a produção por meio do suporte em áudio parte do pressuposto de que, apesar da chegada da internet no interior dos municípios, ainda é muito usual o rádio como companheiro para a realização, tanto das atividades dentro de casa como fora. Assim, muito mais que produzir as reportagens, o propósito foi executar um projeto humanizado e rico de enredos, desmistificando preconceitos e rompendo as fronteiras de estereótipos entre o campo e a cidade.

Referencial Teórico

O setor agropecuário brasileiro e as cooperativas agropecuárias

Na região Sul do Brasil, o modelo de colônias transformou os espaços em um complexo de atividades de produção e de consumo, com pouca geração de excedentes e entrada de outros produtos. Assim, os agricultores plantavam para subsistência alimentar e

compravam o que era extremamente necessário. Consequentemente, o termo “agricultura” faz referência “a todo o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, das mais simples, das mais complexas, quase todas dentro das próprias fazendas.” (ARAÚJO, 2013, p. 15).

O setor agropecuário movimenta consideravelmente a produção de alimentos e a economia brasileira. Segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2020), o agronegócio representa 21,4% do PIB total do país. O índice leva em consideração os insumos, a agropecuária, a agroindústria e os serviços (transporte de mercadorias).

Em sintonia com o setor do agronegócio e da agropecuária está o cooperativismo. O modelo empresarial que mais cresce no planeta é fruto do movimento operário. A associação cooperativista possui três características básicas: propriedade cooperativista, gestão cooperativa e repartição cooperativa (RIOS, 1989). Assim, uma cooperativa pode ser definida como uma associação voluntária com fins econômicos, como um elo entre o mercado e o integrado, fazendo a incorporação de pacotes tecnológicos (FORNECK, LUBENOW, 2017).

No Brasil, o cooperativismo é segmentado em sete setores (agropecuário; crédito; consumo; infraestrutura; saúde; trabalho, produção de bens e serviços; e transporte), representados pelo Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, e em âmbito estadual pelas organizações locais. Atualmente, de cada dez brasileiros, quatro conhecem o cooperativismo. No que diz respeito à economia, em 2018 o cooperativismo injetou mais de R\$ 9 bilhões apenas com o pagamento de salários e outros benefícios oferecidos aos colaboradores (SISTEMA OCB, 2019).

O campo é o ouro verde do Brasil, onde é produzida boa parte dos alimentos consumidos no país, por meio das 1.613 cooperativas agropecuárias, que empregam mais de 200 mil pessoas e contam com um milhão de cooperados. As cooperativas de produção agropecuária fomentam as atividades e oferecem prestação de serviço de assistência técnica, educacional e social aos cooperados (SISTEMA OCB, 2019). Atualmente, a região

Oeste catarinense possui 21 cooperativas no ramo agropecuário e mais de 60 mil cooperados (OCESC, 2020).

A agricultura é uma atividade social e econômica importante para as inúmeras famílias que vivem no meio rural em Santa Catarina. O ramo representa 6% do PIB Estadual, e desempenha um papel significativo na economia além de manter um tecido social no meio rural, que promove desenvolvimento harmônico entre o rural e o urbano (CEPA, 2019).

Dessa maneira, as características da agricultura familiar catarinense, associadas à modernização tecnológica, permitem ao estado um quadro de 181 mil empresários rurais, dos quais 18 mil são do sexo feminino. Além disso, a força de trabalho do setor ocupa profissionalmente mais de 500 mil pessoas e identifica-se que 81% dos trabalhadores possuem laços de parentesco com os empresários rurais (IBGE, 2017).

Relações e o processo de sucessão familiar na agricultura

O processo de sucessão familiar, como o próprio nome diz, é um processo. A pesquisa de Silvestro *et al.* (2001) demonstra que a transferência do controle da propriedade não ocorre a partir da retirada dos pais por aposentadoria. As responsabilidades sobre a gestão da propriedade acontecem gradativamente, por meio da transferência diária da gestão.

Silvestro *et al.* (2001) aponta que nos últimos anos, mesmo em um ritmo menos acelerado que na zona urbana, as famílias rurais têm diminuído nitidamente. Dessa forma, a partir de análise econômica, a ausência de sucessores demonstra que os filhos jovens têm deixado os negócios familiares em busca de oportunidades promissoras de geração de renda. Essa abordagem é demonstrada na Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, referente ao ano de 2017 (CEPA, 2019), em que somente 6.986 produtores catarinenses apresentaram menos de 30 anos.

Para Abramovay *et al.* (1998, p. 66), “o processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração”.

Geralmente o pai é quem escolhe o sucessor utilizando as atribuições de “chefe da família”. A preferência é pelo filho homem e mais velho, o que comprova o domínio masculino na agricultura, mesmo que os membros das famílias observem que existe uma igualdade formal de direito entre homens e mulheres (SILVESTRO *et al.*, 2001).

O acesso à propriedade no Oeste catarinense é o único caminho para a construção de uma trajetória ascendente no ramo agropecuário. Contudo, existem preconceitos de origem cultural, visto que a conquista da terra por arrendamento não é considerada uma alternativa concreta de agricultura familiar na região. Ou seja, é por esse motivo o alto interesse dos pais em investir e manter os filhos nos estabelecimentos rurais. Afinal, “não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura [...]” (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 25). É possível levar em consideração ainda que o processo sucessório envolve muito mais a preservação de um patrimônio e da reprodução familiar, do que uma demanda estritamente econômica (SILVESTRO *et al.*, 2001)

No entanto, quando o assunto é questão de gênero, é nítido o afastamento das jovens mulheres, desde as discussões sobre o futuro da propriedade e o trabalho na agricultura, por concentrarem suas ocupações nas atividades domésticas. O comportamento é resultante de duas razões, conforme mostram as pesquisas de Silvestro *et al.* (2001): “[...] ausência de espaço de participação na propriedade e o desinteresse das moças pela agropecuária em função da penosidade do trabalho associada a esta atividade [...]” (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 77).

Equivalente a isso, o autor Abramovay *et al.* (1998, p. 74) reforça que:

[...] o que está em jogo é uma questão de poder: embora as mulheres participem do trabalho na propriedade, no mínimo em condições iguais às dos homens, elas não têm qualquer acesso a tarefas que envolvam algum grau de responsabilidades ou de tomada de decisões. Da mesma forma, embora os questionários não revelem qualquer discriminação contra as mulheres nos processos sucessórios, o certo é que as moças não são preparadas para enfrentá-los; ao contrário, os próprios pais estimulam que saiam da propriedade e procurem sua realização profissional no meio urbano [...].

Logo, o êxodo rural feminino é reflexo da falta de reconhecimento da mulher e de um traço secular das formas familiares de produção em todo mundo, no qual o papel delas é internamente subalterno. Um cenário em que as próprias agricultoras não se sentem valorizadas para seguir na profissão ou, quando seguem, o fazem simplesmente por acreditarem que não irão conseguir outras oportunidades fora do meio rural (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

As lutas e o protagonismo de mulheres rurais

A igualdade de gênero, a busca por direitos e o desenvolvimento de políticas públicas são abordagens diretamente atreladas às mulheres, que travam há anos uma luta por democracia, cidadania, reconhecimento e protagonismo nos espaços onde constroem suas trajetórias, seja na família, no trabalho, nos estudos ou na comunidade. Assim, inúmeras vezes a mulher deixa de lado os anseios e os sonhos, em virtude do machismo e do preconceito enraizado na cultura e que as impedem de ocuparem posições representativas na sociedade.

Não é de hoje que se fala no papel da mulher na sociedade, na vida pessoal e profissional, mas também não é recente o fato de que o machismo e a discriminação por gênero impedem as mulheres de serem elas mesmas. Carreira (2001) sinaliza para uma sociedade patriarcal, na qual os homens são favorecidos em todo o sistema, não apenas na economia e na política, e estimulados com valores de autoconfirmação, como competição, expansão e dominação. Enquanto isso, elas são educadas com valores sociais atribuídos como “femininos”, com destaque para a conservação. É o que também demonstra Beauvoir (1980) em seus escritos, observando que a mulher precisa ser dada como “objeto” e renunciar às suas reivindicações para que assim possua feminilidade.

Os estudos da escritora feminista Beauvoir (1980), ainda que realizados no século passado, seguem fazendo muito sentido atualmente. Mesmo que a mulher já tenha, por meio de muitos movimentos sociais, alcançado inúmeros direitos, na realidade não é bem assim. É por isso que se faz tão necessário o debate da sucessão familiar no campo e o entendimento dos motivos que levam as mulheres a se recusarem a seguir nas propriedades

rurais. Todas as práticas e posturas citadas, lamentavelmente, ainda estão presentes no campo, no entanto, de maneira camuflada.

Desde o início, na zona rural, o trabalho feminino era visto como subsidiário ao homem e a mão de obra dedicada à agricultura de subsistência, aliada às atividades domésticas. Além disso, essas mulheres estavam diante do androcentrismo, manifesto pela invisibilidade em um contexto social e institucional, onde estiveram anônimas por muito tempo e eram conhecidas apenas como “mulher do fulano” e “filha de beltrano” (BADALOTTI; RENK; WILCKLER, 2014).

Portanto, o estudo da questão de gênero na agricultura passa a ter dupla relevância. Primeiro, os tipos de atividades desempenhadas pela mulher no campo que servem como um teste do modelo de “feminilidade” universal; em segundo lugar, as pesquisas permitem a percepção sobre o grau de influência que as condições de vida têm sobre o comportamento de mães, esposas e filhas. Assim sendo, a divisão social do trabalho não é fragmentada igualmente e a mulher é vista como responsável dos trabalhos domésticos, quando na verdade a maior parte do tempo ela dedica para as atividades na propriedade rural (PAULILO, 2016).

Desde os anos 80 as mulheres rurais lutam por mais espaço. O reconhecimento como “produtoras rurais” e o acesso aos direitos previdenciários são algumas das conquistas decorrentes dos movimentos autônomos de mulheres no Brasil, responsável por influenciar significativamente na sua participação no cenário público e na preocupação com a elaboração de políticas públicas que garantam a permanência no campo. Ainda é notório o afastamento das mulheres das atividades agrícolas e na escolha como sucessora, no entanto, o empoderamento delas faz com que anseiem pela vida no campo, mesmo que haja controvérsias (PAULILO, 2016; SILVESTRO *et al.*, 2001).

Os casos analisados e estudados por Badalotti, Renk e Winckler (2014) retratam que as mulheres com acesso à cidadania, mais escolarizadas e inseridas na formação e capacitação dos espaços comunitários, dos movimentos sociais e do acesso ao crédito, conseguem ocupar cargos de gestão, controlando os negócios e obtendo o reconhecimento familiar e social. É possível observar ainda que a dinâmica da multifuncionalidade

favoreceu as mulheres rurais no que diz respeito às gerações mais recentes, permitindo que possam gozar dos direitos alcançados durante as últimas décadas. “[...] Não se trata unicamente de mulheres unigênicas e herdeiras em potencial. Elas conquistam espaço e atribuições, lideram o investimento, porque têm ‘mais tino’, mais estudo, mais jeito (*hexis corporal*) [...]” (BADALOTTI; RENK; WINCKLER, 2014, p. 116).

No Oeste catarinense as mulheres representam 11% do quadro de associados das cooperativas agropecuárias, segundo dados da OCESC (2020). Essa realidade é proveniente das políticas adotadas por essas cooperativas, as quais permitem que as filhas possam se associar, mesmo que o pai seja cooperado, seguindo o regramento previsto no Estatuto Social da cooperativa. Além disso, essas organizações desenvolvem programas, exclusivamente para mulheres, com o objetivo de fomentar a liderança feminina e para desenvolver o autoconhecimento das integradas.

Outra maneira importante para a valorização da mulher é através da comunicação. A pesquisa de McLeish (2001) apresenta o rádio como um dos meios de comunicação de massa que acelera a disseminação da informação e ajuda a diminuir as distâncias culturais, ou seja, o rádio pode ser um precursor para expor uma nova cultura de inserção da mulher em posições de liderança na sociedade.

O rádio como companheiro do ouvinte

O rádio é uma das melhores maneiras para transmitir por palavras tudo aquilo que não se pode enxergar, considerado uma extensão do sistema nervoso central e tido como ferramenta de comunicação pela voz (MCLUHAN, 1964). Sentir o lado humano sem ver quem está falando: esse é o poder do rádio. Seja nos aparelhos convencionais, no carro ou nas inúmeras plataformas digitais, a voz ultrapassa barreiras e está lado a lado, todos os dias, com seus fiéis ouvintes.

O repertório de possibilidades para produzir rádio é imenso. Por isso, a linguagem radiofônica não está atrelada apenas à voz humana e diversos elementos a compõem, como música, efeitos sonoros e até o silêncio. Além disso, os condicionantes também tornam as composições únicas (FERRARETTO, 2014).

O conteúdo e a forma da mensagem radiofônica, pela ausência de alguns elementos e presença de outros, são condicionados basicamente em seis fatores: (1) a capacidade auditiva do receptor, (2) a linguagem radiofônica, (3) a tecnologia disponível, (4) a fugacidade, (5) os tipos de público e (6) as formas da escuta. (FERRARETTO, 2014, p. 35).

Os estudos de Barbeiro (2003, p. 48) evidenciam que “a regionalização do rádio colaborou decisivamente para que o jornalismo se fortalecesse na cobertura local [...]”. A estruturação de emissoras e a formação das redes de rádio propiciaram o desenvolvimento do radiojornalismo. E mesmo com os avanços tecnológicos, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2016), o rádio está entre os três meios de comunicação mais utilizados pelos brasileiros, perdendo apenas para a televisão e a internet. Além disso, a pesquisa aponta o rádio como meio que permite a realização de outras atividades do cotidiano, enquanto se mantém conectado e informado.

A Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2016) contabilizou que entre as atividades profissionais, 80% dos entrevistados que atuam na agricultura afirmaram utilizar os aparelhos de rádio tradicionais. No interior, 69% dos respondentes revelaram ter o costume de ouvir os programas de rádio pelos aparelhos. Os números são correspondentes ao que expõe Ferraretto (2014, p. 26), ao configurar o rádio como “[...] uma espécie de companheiro dos ouvintes, algo que está próximo no dia a dia e quebra a solidão, seja nas metrópoles, seja nas zonas rurais mais afastadas dos centros urbanos [...]”. Ou seja, dos radinhos de pilha até as novas tecnologias, o rádio acompanha o ouvinte, seja no trânsito, no ônibus ou no trabalho.

Quando se fala em aproximação e ligação entre ouvintes e meio de comunicação, são inúmeras as formas de fazer rádio. Uma delas é a grande reportagem, ou ainda, a série de reportagens. Esse tipo de construção é conhecido como reportagem especial ou em profundidade, e fica entre a reportagem do dia a dia e o documentário (FERRARETTO, 2014; PRADO, 2006). As reportagens especiais carregam consigo a ampliação quantitativa e qualitativa, explorando com criatividade as histórias de pessoas, através de narrativa literal e sonoplastia. A preparação do conjunto une questões históricas, depoimentos de protagonistas, trilhas, efeitos sonoros, descrição dos fatos e apresentação do ponto de vista

das fontes. Sem dúvida, as séries de reportagens carregam uma mistura de jornalismo com dramaturgia (FERRARETTO, 2014).

Métodos e Técnicas

Este estudo é de natureza qualitativa e consiste em uma pesquisa exploratória por meio da realização de entrevistas com mulheres que têm a experiência do processo sucessório e caminham pela inserção da mulher na gestão de propriedades rurais. A natureza qualitativa reconhece a adoção de um enfoque interpretativista, em que o mundo e a sociedade devem ser ouvidos e entendidos, de acordo com a perspectiva das pessoas que fazem parte do cenário (GIL, 2017).

Logo, as relações que o ser humano constrói com o mundo é a base onde se alicerça essa série de reportagens, em consonância com o que defende o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. A pluralidade nessas relações faz com que o homem crie um vínculo com a realidade, resultante de estar nela e com ela, por atos de criação, recriação e decisão. Para que isso seja possível, faz-se necessária uma permanente atitude crítica, na qual o homem supera a vocação de ajustamento e acomodação (FREIRE, 1999).

O processo de desenvolvimento da série de reportagens iniciou no contato com as assessorias de comunicação das cooperativas agropecuárias. Após as indicações de possíveis fontes pelas cooperativas, ocorreu a seleção das cinco mulheres agricultoras, com idades entre 20 e 40 anos na data da realização da pesquisa, vinculadas às cooperativas agropecuárias, moradoras de diferentes municípios do Oeste catarinense e com o processo sucessório bem encaminhado ou já ocorrido.

As protagonistas são: Ariane Camillo Rossi, 37 anos, de Concórdia, associada à Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia (Copédia); Andrieli Ely, 20 anos, de Santa Terezinha do Progresso, associada à Cooperativa Regional Auriverde; Claudia Teresinha Schwendler Schultz; 40 anos, de Cunha Porã, associada à Cooperativa Regional Auriverde; Daniela Carla de Godoi, 26 anos, de Santa Helena, associada à Cooperativa A1; e Patrícia Zimmermann, 21 anos, de Saltinho, associada à Cooperativa Regional Itaipu.

Na sequência, houve uma conversa inicial por WhatsApp com as cinco mulheres explicando qual era o propósito da pesquisa e como as entrevistas iriam acontecer. O primeiro contato sempre é fundamental para estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados. Depois, foram realizadas as entrevistas, por meio digital, em virtude da pandemia provocada pelo coronavírus.

Com todo o conteúdo bruto coletado, o produto passou a ganhar forma por meio da elaboração dos roteiros, construídos com uma identidade singular para cada episódio, preservando a personalidade das protagonistas, as emoções e as sensações captadas. A estrutura estabelecida conduziu para uma abertura com trilha e efeitos sonoros que caracterizam o campo e, na sequência, foi feita a inserção de uma frase marcante dita pelas entrevistadas. Essa frase serviu como uma manchete, um enunciado convidativo para a audiência seguir escutando. Depois, foi construída uma vinheta de abertura padrão e criado um título para cada capítulo da série. O miolo dos episódios compreende a narração conduzida pelas próprias mulheres rurais sucessoras.

Já o nome da série de reportagens definido como “O meu lugar” surgiu ainda no desenvolvimento das entrevistas, quando foi compreendido o quanto essas mulheres rurais se sentem parte do local em que vivem, enfatizando o sentimento de pertencimento que elas possuem, até porque as mulheres rurais sempre foram figuras fundamentais em todo o contexto social e familiar no campo. Essa mesma linha de pensamento conduziu a construção dos títulos dos episódios, que reforçaram as peculiaridades de cada entrevistada.

Na última etapa de construção da série de reportagens, ocorreu a montagem e composição estética de cada episódio, com o suporte técnico do designer de som Jakson Dal Magro, da TV Uno da Unochapecó. Por fim, a série de reportagens recebeu os últimos ajustes e foi concluída, alcançando assim o objetivo deste produto jornalístico: levar uma mensagem de encorajamento e alento a outras mulheres rurais que ainda não conseguiram ganhar o seu espaço. O produto final está disponível na plataforma SoundCloud no link: <https://soundcloud.com/isabel-piccoli/sets/o-meu-lugar>.

Considerações

Este trabalho de conclusão de curso, desenvolvido a partir de um produto experimental jornalístico, partiu do intuito de dar ênfase aos desafios que acompanham as mulheres rurais no processo de sucessão familiar. Foi motivado pelo anseio da pesquisadora em dar espaço para essas mulheres rurais, afinal o processo de pesquisa bibliográfica demonstrou o quão escassos ainda são os estudos sobre a temática, com destaque para a região Oeste, recorte de análise utilizado na pesquisa.

Os objetivos conduziram a realização desta pesquisa e ajudaram a compreender a realidade de fato como ela é. Isso também influencia para que fossem desconstruídas concepções prévias enquanto pesquisadora que não havia ido a campo e não conhecia como era o mundo daquelas mulheres.

Dessa forma, a produção desmistificou paradigmas e rompeu muitas barreiras entre o campo e cidade, provando que as mulheres agricultoras prezam também por autoconhecimento, amor próprio, cuidados com a saúde, qualidade de vida e bem-estar. Da mesma forma, a pesquisa enfatizou como as mulheres rurais visualizam um futuro promissor para suas vidas e que quanto mais elas se colocarem presentes nos espaços, se constituirão em uma forma de resistência, para mostrar aos demais que elas podem e devem estar na posição que desejarem.

Além disso, o produto conduziu a pesquisadora para a compreensão de conceitos, que são visualizados das mais variadas formas pelas mulheres no campo e a forma singela de viver naquele espaço. Assim, levando a perceber que é preciso superar e evoluir nas narrativas sobre a figura feminina, deixando de lado o estudo da mulher como objeto e colocando-a como agente contadora das suas visões, a partir do conhecimento e da formação que possui.

Por fim, foi a chance da pesquisadora mergulhar no universo sensível, imaginário e transformador do rádio, veículo em que não é fácil transmitir para o outro o que foi sentido e vivido durante a coleta do material, e se torna extremamente importante o olhar

jornalístico, a ética, a empatia, e principalmente, a valorização do intrínseco de cada história.

Referências

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BADALOTTI, R. M.; RENK, A; WILCKLER, S. Trajetórias de mulheres agricultoras nos espaços produtivos e de trabalho, na conquista de direitos e na ocupação de espaços públicos. In: LAJÚS, M. L. S.; VARGAS, M. A.; BADALOTTI, R. M. (Orgs.). **Dinâmicas regionais e políticas públicas**. Chapecó: Argos, 2014, p. 99-125.

BARBEIRO, H. **Manual de radiojornalismo**: produção, ética e internet. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Igualdade de Gênero no Campo, na Floresta e nas Águas**. Brasília: Ministério da Mulher, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/igualdade-de-genero-no-campo-na-floresta-e-nas-aguas>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia da população brasileira. Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em: 10 maio 2020.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, n.1, p. 205-227, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nr=m=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 abr. 2020.

CARREIRA, D. **A liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez, 2001.

CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017-2018**. Florianópolis, 2019. Disponível em:

http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_2017_18.pdf. Acesso em: 1 mar. 2020.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESALQ/USP. **PIB do Agronegócio Brasileiro 2019**. São Paulo: 2020. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FERRARETTO, L. A. **Rádio: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

FORNECK, E.; LUBENOW, A. M. Cooperativismo, modernização agrícola e desenvolvimento econômico no oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian *et al.*. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 315-356.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatísticas. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html?localidade=42. Acesso em: 20 abr. 2020.

MCLEISH, R. **Produção de rádio: um guia abrangente de produção radiofônica**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2001.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução: Décio Cultrix. São Paulo: Cultrix, 1964.

OCESC. Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. **Dados do Cooperativismo no Oeste**. Destinatário: Isabel Cristina Piccoli. [S. I.], 09 jun. 2020. 1 mensagem eletrônica.

PAULILO, M. I. S. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016.

PRADO, M. **Produção de rádio: um manual prático**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: Epagri - Chapecó, 2001.

SISTEMA OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. 3. ed. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>. Acesso em: 20 jun. 2020.